

3 O Risco e suas Representações

3.1 Introdução

Ao escolhermos o referencial teórico das representações sociais, deparamo-nos com algumas dificuldades conceituais que o termo parece envolver. Ainda no processo de conceituação, a representação social tanto pode ser vista como um fenômeno, como uma noção, como uma teoria.

Esclarecendo melhor, o fenômeno da representação social foi inicialmente observado na Sociologia, por Émile Durkheim sob a designação de representação coletiva. Seu arcabouço teórico, porém, teve início no campo da Psicologia Social, elaborado por Serge Moscovici, sendo que a tarefa de construção como referencial teórico ainda permanece inacabada.

DURKHEIM partiu da noção de “representação coletiva” para identificar o fenômeno, ao mesmo tempo em uma ótica individual – conhecimento a partir de representações mentais - e social – conhecimento que circula no âmbito da sociedade.

MOSCOVICI (em 1961), relança o debate teórico sobre a noção de representação, a partir de uma renovação da abordagem de Durkheim. Moscovici não toma a representação individual como sendo oposta à representação coletiva. Prefere falar em representação social, porque as representações são socialmente compartilhadas, estando presente no pensamento e conhecimento do senso comum, em todas as sociedades.

Hoje são estimuladas diversas pesquisas, o que tem contribuído para a visibilidade do fenômeno também em outras disciplinas como a História e a Antropologia, além das já citadas, Sociologia e Psicologia. O espaço está aberto à construção teórica, e ênfase na diversidade teórica pode ser avaliada positivamente por possibilitar um enriquecimento ao mesmo; existe a preocupação com as tensões presente no campo em função da diversidade de enfoques.

JODELET está entre os pesquisadores que tem se preocupado com a continuidade dessa construção conceitual. A partir de uma analogia com outros estudos, essa autora propõe como definição geral:

O conceito de representação social designa uma **forma específica de conhecimento**, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. De modo mais amplo, **designa uma forma de pensamento social** (1984:09) – grifo nosso.

A Representação Social (RS) se manifesta através de elementos que utilizamos em conjunto: as **imagens**, as quais “condensam um conjunto de significações”; os **sistemas de referências**, que nos possibilitam reconhecer o acontecimento como algo familiar; as **categorias** utilizadas como elementos classificatórios dos fenômenos e, as **teorias**, que possibilitam situá-las no universo conceitual.

Por outro lado, a RS realiza uma interlocução entre a maneira como interpretamos os fenômenos, como um procedimento individual e, o pensamento social, elaborado e compartilhado pela sociedade. A RS relaciona o “social” com o “psicológico”; permite perceber a realidade e, a partir daí, modificá-la, ou não.

Nossas interpretações do mundo são mediadas por nossas experiências, por aquilo que recebemos e reproduzimos em termos de “informações, saberes e modelos de pensamento”, através da socialização na família, educação, trabalho, com forte conteúdo valorativo em termos de permanência, mas também de construção. Esse conhecimento, que é do domínio comum, socialmente compartilhado, JODELET (1984) designa conhecimento “espontâneo”, “ingênuo”. Esses elementos adquirem significações no cotidiano dos sujeitos.

O conteúdo das representações tem uma relação direta com as “condições” e os “contextos” de produção e reprodução do mesmo nas sociedades. A circulação das RS fica condicionada às significações e as funções que o conteúdo representacional desempenha no universo material e simbólico, para os indivíduos, grupos e classes sociais.

Em nosso contexto de pesquisa, técnicos e moradores, embora construam representações sociais diferenciadas, partem dos mesmos processos evidenciados por Moscovici, para a construção dessas representações. A teoria elaborada por este autor aponta, segundo JODELET (1984:20), “dois principais processos que

dão conta da forma pela qual essa representação transforma o social”, que são: a **objetivação** e a **ancoragem**.

No processo de elaboração da “novidade” é através desses dois processos que os indivíduos incorporam o novo conhecimento, que, ao ser apreendido, também é modificado.

A **objetivação** definida como “uma operação imaginante e estruturante” (idem: 21), dá forma concreta às idéias, isto é, dá materialidade ao abstrato. Esse novo conhecimento não é simples reprodução do real, pois tem a marca do sujeito. É através dele que as representações sociais são materializadas, são tornadas “naturais”, aos sujeitos:

A representação torna intercambiáveis o percepto e o conceito. É ela [objetivação] que, dá uma textura material às idéias, faz corresponder coisas às palavras, dá corpo a esquemas conceituais. Procedimento tão mais necessário quanto, no fluxo de comunicações onde nos banhamos, o estoque demasiado abundante de noções e idéias se polariza sobre estruturas materiais. “objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as” (MOSCOVICI, 1976, apud JODELET, 1984:21).

O outro processo, a **ancoragem**, consiste na inserção do novo em um conhecimento já construído. Isso pressupõe a ressignificação do conteúdo transmitido, em consonância com sua utilidade para o agente que o apreende:

A ancoragem comporta, entretanto, um outro aspecto que recentes pesquisas no domínio das representações e dos processos cognitivos põem em evidência em toda a importância. Esse aspecto se refere à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente e às transformações que daí derivam, de um lado e de outro. Não se trata mais, como na objetivação, da constituição formal de um conhecimento, mas de sua inserção orgânica num pensamento constituído (JODELET, 1984:29).

Por outro lado, **objetivação** e **ancoragem** estabelecem entre si uma relação dialética. Os dois processos se complementam. O primeiro possibilita apreender a dimensão social na representação e, o segundo, a representação inserida na dimensão social. Nossa intenção foi explorar esses dois processos, como base para identificação das representações sociais do risco, construídos pelos técnicos do DDCJF e da população, a partir de situações que envolvem a ação de ambos.

A representação social pode ser entendida como conhecimento e pensamento que orientam as condutas das pessoas.

Para cada um de nós existe uma realidade que pode ser imediatamente percebida. Há um conhecimento prático que dominamos, que nos ajuda a formular nossos pensamentos, orientando nossas ações. No entanto, temos consciência de que existem diferentes realidades e que convivemos com essa diferença.

Essa realidade mais imediata nos aparece como correspondente à realidade de nossa vida cotidiana. O cotidiano conta com uma certa rotinização e supõe uma realidade ordenada. Exceto quando vamos lidar com uma situação totalmente nova, as situações na vida cotidiana não nos assustam.

Para cada uma das atividades que fazemos, estabelecemos interações com outras pessoas e utilizamos linguagens específicas para essa comunicação: “... a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação” (BERGER e LUCKMANN, 2000: 39).

Ao apropriarmos de outras formas de conhecimento não deixamos de lado o conhecimento que temos da vida cotidiana. Há uma diversidade de conhecimentos que existe independente da nossa vontade. Eles são exteriores a nós, mas podemos utilizá-los conforme nosso interesse. A isto, BERGER e LUCKMANN (2000) denominaram de “acervo social do conhecimento”. No que diz respeito às técnicas de construção pode-se identificar diferentes conhecimentos: desde os do domínio popular, como a casa de pau-a-pique, até os recursos mais sofisticados da engenharia, como por exemplo, os viadutos.

Destacamos quatro pontos que consideramos relevante quando valorizamos o conhecimento do senso comum. O primeiro, é que essa forma de conhecimento pode permitir a interação com os outros. O segundo, é que ele pode possibilitar a apreensão de outros conhecimentos. Um terceiro ponto, é que ele permite perceber a realidade cotidiana como dotada de coerência. Como último ponto, poderíamos dizer que ele contribui para a formulação do pensamento e para orientar os indivíduos para a ação.

BERGER E LUCKMANN, consideram que o conhecimento do senso comum “... é um conhecimento socialmente distribuído, isto é, possuído diferentemente por diversos indivíduos e tipos de indivíduos” (2000: 37); que pode circular mais facilmente na sociedade. Talvez isto justifique porque o conhecimento da vida cotidiana não seja um conhecimento valorizado em nossa sociedade.

Já o conhecimento científico, em vez de ser socialmente compartilhado, ele é um conhecimento que se limita a algumas pessoas, tanto em termos de produção quanto de reprodução. Ao se reproduzir, esse conhecimento pode ainda tornar-se um instrumento de dominação de uma classe sobre outra, dotado de poder simbólico³², ou, o que estamos tratando nesse estudo, um instrumento de dominação de um grupo (técnicos) sobre o outro (população). Nesse contexto o conhecimento científico é valorizado. Mas justamente por ser valorizado em um contexto, ele pode ser descartado em outro, em termos de sua aplicabilidade.

Segundo BOURDIEU, “na tradição neo-kantiana”, o poder simbólico se manifesta através de um sistema de símbolos que se constituem em “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objectos, como formas simbólicas...” (2001: 08). Os sistemas simbólicos são ao mesmo tempo, como estruturas estruturantes e estruturadas, o que significa dizer que são “fundantes” e, dotadas de algo invariável.

Porém esses sistemas precisam ser reconhecidos para que o indivíduo possa interagir com o outro. Isso é facilitado pela cultura. Se não dominarmos os códigos da linguagem não conseguiremos estabelecer uma comunicação com o outro. Os símbolos se constituem em instrumentos de “integração social”, “de conhecimento e de comunicação” (id: 10). Também cumprem uma “função política”.

No que diz respeito à integração social, os símbolos possibilitam o alcance do consenso, que contribui para a “reprodução da ordem social”. Culturalmente, os símbolos se constituem em elementos que possibilitam a apreensão de conhecimentos e a comunicação entre os agentes.

No entanto, ao mesmo tempo em que a cultura possibilita a comunicação, isto é, possibilita uma proximidade entre as pessoas, ela também é “uma cultura que separa” (BOURDIEU, 2001: 10).

Os especialistas ao produzirem e reproduzirem conhecimentos científicos, também produzem e reproduzem sistemas simbólicos. Seu campo de domínio é relativamente autônomo. Os próprios interesses dos especialistas correspondem

³² “o **poder simbólico** é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (ERNST CASSIRER, 1946 *apud* BOURDIEU, 2001: 08) – grifo nosso.

aos de hegemonia no campo da reprodução e, por isso, não dá para reduzir o interesse dos especialistas como sendo os interesses das classes dominantes.

O conhecimento de domínio dos especialistas, também é utilizado para nos comunicarmos com o outro. No entanto, a apreensão desse conhecimento supõe uma base de compreensão no nível do senso comum, que facilite a ancoragem. Ao ser apreendido pela população, esse conhecimento é traduzido pelo senso comum; esse processo nem sempre se dá no nível consciente.

Para MOSCOVICI “(...) a comunicação tem um papel fundamental nas trocas e interações que contribuem para a instituição de um universo consensual” (*apud* JODELET 1989:12) e pode facilitar a “circulação” das representações entre grupos de indivíduos.

Esse autor analisa a “incidência da comunicação” em “três níveis” que transcrevemos a seguir:

- 1) No nível da emergência das representações onde as condições afetam os aspectos cognitivos. Entre essas condições se destacam: a dispersão e a distorção das informações concernentes ao objeto representado e que são desigualmente acessíveis segundo os grupos; a focalização em certos aspectos do objeto em função dos interesses e da implicação dos sujeitos; a pressão devida à necessidade de agir, tomar posição ou obter o reconhecimento ou adesão de outros. Da mesma maneira, os elementos que vão diferenciar o pensamento natural em suas operações, sua lógica e seu estilo.
- 2) No nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem consideram a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos do agenciamento dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhes são conferidas.
- 3) No nível das dimensões das representações que têm influência na edificação das condutas: opinião, atitude, estereótipo, sobre os quais intervém os sistemas de comunicação mediática. Estes, segundo os efeitos pesquisados sobre a audiência, apresentam propriedades estruturais diferentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação das opiniões, a propagação com as atitudes e a propaganda com os estereótipos (MOSCOVICI *apud* JODELET 1989: 13).

Destacamos alguns elementos que interferem na comunicação entre os técnicos e a população. Falamos na produção e reprodução do conhecimento científico, enquanto dotado de um valor simbólico afetos a grupos específicos. Quando esse conhecimento passa para o domínio popular, e os técnicos contribuem para essa transmissão, o conhecimento é vulgarizado, pois a população o apreende reconstruindo-o no universo das representações sociais, a

partir de suas próprias referências, dando-lhes significados próprios. Ao entrarem em contato com outras significações, as RS podem ser transformadas.

3.2

As Principais Abordagens Teóricas sobre o Risco

As abordagens apresentadas por GUIVANT (1998) que escolhemos como referência neste estudo, podem ser agrupadas, para fins didáticos, em duas vertentes: a abordagem “técnico-quantitativa”, que engloba áreas de conhecimento como a Engenharia e, as abordagens situadas no campo de conhecimento das Ciências Sociais: “Teoria Cultural do Risco” e “Análises Sociais do Risco”. Em seu artigo, GUIVANT resume o debate teórico entre a abordagem quantitativa e as demais que a criticam.

Muito embora a temática “risco” não seja nova nas Ciências Sociais, a partir da década de 90, ela passa a adquirir centralidade na teoria social, como conceito³³.

³³ Ainda dentro da área de conhecimento das Ciências Sociais, GUIVANT discute a abordagem que considera o **risco como central na teoria social contemporânea**, defendida por Beck e Giddens, que inclusive constitui o título de seu artigo (“A Trajetória das Análises de Risco: da Periferia ao Centro da Teoria Social”). A referência de análise está na discussão das concepções sobre o risco na “alta modernidade”, com ênfase na dimensão dos riscos como sendo de caráter global, isto é, como afetando, ao mesmo tempo, todo o planeta. Situa-se aqui, a discussão sobre o aquecimento da terra, a poluição atmosférica, o lixo atômico etc. A importância dessa abordagem reside no fato dela chamar a atenção para a emergência de “novos riscos”, que antes não apareciam como demandas postas ao Estado de Bem Estar Social: “Nos primeiros duzentos anos da sociedade industrial, os riscos dominantes eram externos, às vezes atingindo os indivíduos de forma inesperada, mas também podendo acontecer regularmente, permitido que fossem calculados para que as populações se protegessem e se assegurassem. **Isto podia ser feito a partir de seguros privados e públicos, especialmente a partir do Estado de Bem Estar Social**” (1998:20) – grifo nosso. Outro aspecto importante é que o enfoque dos “riscos contemporâneos” é introduzido no debate sobre os riscos, aspecto esse que a abordagem cultural não se preocupou em estudar. Embora os dois autores, Beck e Giddens sejam referências importantes no debate atual, suas análises parecem contemplar a discussão sobre risco situada principalmente nos países altamente industrializados, onde se discute questões de risco na “alta modernidade”. Ao nosso ver, essa realidade está distante do que percebemos em nosso país, por isso consideramos que a mesma não é prioritária para nosso estudo. Claro está que o mesmo risco possa ser abordado nesses dois “mundos”, afinal vivemos em uma sociedade globalizada; mas, ainda assim, os enfoques são diferentes.

Porém o debate teórico³⁴ apresenta diferenças conceituais a partir de diferentes vertentes teóricas, como analisa GUIVANT,

... as diversas tendências teóricas compartilham a crítica às análises técnicas e quantitativas dos riscos, até então dominantes, por ignorarem que tanto as causas dos danos como a magnitude de suas conseqüências estão mediadas por experiências e interações sociais [conforme Renn, 1992]. Também contrariamente à prática do analista técnico dos riscos, que isola a opinião individual, as análises provenientes das ciências sociais não se perguntam sobre as crenças particulares dos indivíduos, mas sobre as teorias e princípios que organizam seu mundo, construídos e compartilhados socialmente (1998:03) – grifo nosso.

Detemo-nos na abordagem técnico-quantitativa, ao ressaltar a preponderância do conhecimento técnico sobre o conhecimento da população. Essa abordagem foi a que identificamos como a mais próxima do pensamento que fundamenta as ações do DDCJF.

As abordagens cultural e social foram enfatizadas, uma vez que elas estabelecem uma importante reflexão sobre a relação entre leigos e peritos na “percepção” do risco, como também, tornou-se a mais apropriada para o estabelecimento de uma articulação entre as “percepções” e a Teoria das Representações Sociais, também utilizada por nós como referencial teórico, por oferecer elementos importantes para a identificação do fenômeno da representação social no universo pesquisado.

Privilegiamos na análise questões referentes à relação entre os técnicos e a população e, nesta, as representações e os conhecimentos construídos sobre “risco” por esses atores.

A primeira abordagem que a citada autora apresenta, diz respeito aos **“estudos técnicos e quantitativos dos riscos”**. Disciplinas como a Toxicologia, Epidemiologia, Psicologia (behaviorista e cognitiva) e a Engenharia realizaram muitos estudos dessa natureza na década de 60 e, mesmo hoje, seu uso é corrente.

³⁴ Em uma outra linha de análise temos autores como ROSANVALLON, no âmbito das Ciências Sociais, que discutem o risco enquanto mercadoria que movimenta um interessante sistema de seguros sociais. Consultar a respeito JAMUR, M. **Resenha do livro de Rossanvallon, P. La Nouvelle Question Sociale. Repenser L'État-Providence.** Paris: Editions de Seuil. In: *Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*, Vol.1, n. ° 1. Rio de Janeiro: PPGESS – UFRJ – DP&A, 1º sem. de 1997, p.183-191.

A questão central presente nessa abordagem está em que ela privilegia o estudo técnico-quantitativo como capaz de propiciar uma análise mais precisa, o manejo e o controle dos riscos. Os instrumentos metodológicos emergem dentro dessa abordagem e, é a partir deles, que o risco é analisado e classificado, em termos de maior ou menor gravidade, de maior ou menor incidência.

Para essa abordagem, o poder público interfere diretamente no processo de escolha dos riscos pela população afetada, em graus de maior ou menor aceitabilidade, influenciando também os técnicos no que diz respeito às soluções apresentadas frente às situações de risco pelos governos, considerados por estes como relevantes. A divulgação das informações analisadas pelos governos induz a população a aceitar os riscos, dimensionados como os mais importantes a serem controlados, levando-a a acreditar que aquele risco demonstrado pelos estudos como o mais relevante, é o que deve ser administrado pelos governos, em uma certa ordem hierárquica de prioridade. É com base nos níveis de aceitabilidade do risco, por parte da sociedade, mediados pela relação risco e benefício, que o Estado organiza respostas para a solução das situações encontradas. Essa interferência dos governos parece se dar nos países do primeiro mundo.

Convém fazermos uma ressalva: estamos aqui nos referindo às situações de risco de uma maneira ampla e, no conjunto das situações de risco até temos chances de identificar uma interferência direta dos governos no manejo dos riscos a partir de estudos comprovados cientificamente de que tal risco pode ser mais aceitável que outro, como é apontado nessa abordagem. No entanto, isso exigiria pesquisas específicas, principalmente voltadas para os dirigentes e a população em mais de um segmento de classe, sem excluir os técnicos, o que fugiu ao nosso propósito. Ao delimitarmos a pesquisa sobre a identificação das representações sobre as situações de risco vinculadas à precariedade das moradias, fizemos um recorte no contingente de entrevistados, que não contam com muitas oportunidades de escolha. Do lado dos técnicos, o que podemos observar nos relatos, foi justamente uma condição de “vulnerabilidade” em relação ao poder público, porque os estudos técnicos não são levados em consideração na formulação das políticas, uma vez que o poder público não tem voltado sua atenção para essa problemática, contrariamente ao que está colocado pela abordagem técnico-quantitativa. Para a população os técnicos têm o poder de

interferirem favoravelmente a eles junto à Prefeitura, mas sem esse poder, os técnicos acabam ficando com essa demanda reprimida.

Empiricamente, é possível observar uma relação muito estreita entre a precariedade das moradias com as situações de risco mais frequentes, identificadas pelo corpo técnico do DDCJF (engenheiro e assistente social): risco de desabamento de edificação, deslizamento de encostas, insalubridade, infiltração, rachaduras, etc.

A prerrogativa dessa abordagem de repassar um número maior e mais sofisticado de informações e orientações técnicas à população quando essa demonstra alguma resistência em aceitá-las pode ser identificada no relato dos técnicos. Alguns técnicos, ao considerarem a população como desinformada e deseducada, procuram cada vez dar mais informações técnicas.

No caso específico do DDCJF, os técnicos, mais especificamente, os engenheiros, têm todo um conhecimento apreendido acerca da identificação dos riscos físicos e adotam como respostas as correspondentes obras físicas. Essas orientações podem ser repassadas à população em todas as situações de risco que os técnicos classificarem como semelhantes, isto é, as situações classificadas dentro de uma mesma categoria. Entretanto, diferentemente do aspecto físico, essa população não pode ser vista pelos técnicos como homogênea, tendo gostos, maneiras de pensar, que lhes são peculiares. Assim, nem sempre a orientação técnica que é transmitida para determinado morador, pode ter o mesmo efeito obtido com a mesma orientação dada a outro. Por outro lado, para a população, por se tratar “apenas” de uma informação técnica, a mesma termina por ser entendida como tal e, assim, se qualquer técnica de construção é válida, a própria população trata de optar por utilizar a “técnica” que lhe parecer mais adequada, ou, de utilizá-la, a seu modo. A partir dessa interpretação, a população acredita estar respondendo à situação da mesma forma que o técnico o faz. Influencia nessa conduta, a identificação que faz de seu problema como o mesmo de seus vizinhos; contrata o pedreiro da redondeza para fazer a mesma obra do outro e, para isso, sequer precisa do acompanhamento dos técnicos do DDCJF. Convém ressaltar que não se trata apenas de diferenças nas interpretações sobre o risco por parte dos técnicos e da população estabelecidas na comunicação entre os dois agentes; a existência de recursos materiais interfere nesse processo. Dentre os moradores ouvidos na pesquisa que seguiram as orientações dos técnicos,

identificamos o relato de que eles somente seguiram as orientações porque receberam recursos materiais através do DDCJF.

Verificamos que a população se comporta de diferentes maneiras em face das situações de risco na relação com os técnicos do DDCJF:

- a) existem situações em que nenhuma atitude é tomada por parte da população;
- b) porém, em outras, os moradores em situação de risco procuram a imprensa (rádio e televisão) para pedir ajuda e, mesmo, reclamar da desatenção dos órgãos públicos;
- c) existem situações em que os “solicitantes” procuram o DDCJF várias vezes ao ano, não conseguindo achar um ponto comum de interlocução com os técnicos e, nem mesmo com outros atores: o problema da moradia em risco se arrasta por anos, se intensifica e se agrava;
- d) porém, há situações em que a população segue as orientações dos técnicos e executam ações em conformidade com essas orientações.

Nos subsequentes monitoramentos aos locais, os técnicos procuram reforçar a orientação repassada anteriormente, ou buscam outras alternativas de solução. Há casos em que a situação é avaliada por um segundo, ou até mesmo, um terceiro engenheiro. Em geral, nesses casos mais complexos, a situação também é acompanhada pelo Assistente Social. De certo, para que uma situação de moradia em risco seja revertida para uma moradia segura, exige-se uma série de outras ações que vão além da relação técnico-população; mas o que queremos salientar, nesse momento, é que as representações do risco e da segurança por esses diferentes atores, não devem ser desconsideradas. Em nossa opinião, parece que a abordagem técnico-quantitativa não leva isso em consideração.

O conhecimento científico, defendido por essa abordagem como o único saber que pode ser posto à prova, é por demais valorizado. Rejeita-se o conhecimento presente no cotidiano, aqui entendido como conhecimento do senso comum. O primeiro é reconhecido como o conhecimento que os técnicos dominam e, o segundo, está associado ao que prevalece na população. Na verdade, o conhecimento do senso-comum nem mesmo é reconhecido como forma de conceber a realidade.

Dessa forma, desvalorizado e não reconhecido como saber, o conhecimento dos leigos é ainda questionado quanto a ser “real”, pois nessa abordagem, só o

conhecimento científico dá conta desse “real”.

Isso se reflete na maneira como os governos respondem às situações de risco. O saber da população é ignorado como tal e, assim, a população não é chamada a participar na formulação das soluções, ou quando isto é oportunizado, as regras de participação são muito restritas. As respostas aos riscos deveriam ser discutidas com a população afetada, levando em conta suas representações como “questões políticas” e como estratégia para o seu enfrentamento e não dentro de uma dimensão meramente técnica e probabilística. Ao nosso ver, a identificação das representações sobre o risco construídas pelos técnicos e principalmente pela população pode contribuir na formulação de soluções mais efetivas por parte do poder público frente a essa problemática.

Enquanto resposta do poder público diante das situações de risco decorrentes da precariedade da moradia, a Defesa Civil, ao se basear na ênfase probabilística do risco, parece adotar (mesmo que implicitamente) esse tipo de referencial teórico nas suas ações, na medida em que enfatiza o risco “físico” observado pela engenharia, por ser quantificável, localizado, previsto e controlado³⁵. Também porque ao associar-se o risco a eventos adversos da natureza (inundação, tempestades, vendavais, etc.) considera-se que com o conhecimento científico pode-se prever e controlar a ocorrência de eventos. Muito embora o aspecto técnico-quantitativo seja valorizado, não são feitos estudos para mensurar se as ações empreendidas pelos técnicos têm contribuído para a resolutividade das situações.

A perspectiva técnico-quantitativa parece não dar espaço para a compreensão do fenômeno da representação social. Contudo, não negamos a importância de seus procedimentos, como instrumental metodológico em pesquisas quantitativas, quando isto é feito em conjunto com os estudos qualitativos. Não se pode negar a importância dos estudos quantitativos, mas não há como concordar que, por eles apresentarem dados do real são inquestionáveis, sobretudo porque não abarcam toda a realidade.

³⁵ O DDCJF em parceria com as Faculdades de Engenharia e de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) está trabalhando na proposta de implantação no DDCJF, de um “Centro de Estudos e Monitorizações do Risco”, utilizando-se de instrumentos tecnológicos avançados em termos de informatização do conhecimento, com o fim de mapear as áreas de risco do Município de Juiz de Fora e, no intuito de fornecer subsídios aos demais órgãos da Prefeitura, na formulação de políticas específicas nas áreas de planejamento urbano, social, saúde, desenvolvimento econômico e outras.

O conteúdo das representações sociais que os técnicos do DDCJF constroem acerca do risco está imbuído desse enfoque, embora os mesmos demonstrem perceber outros elementos, como as vulnerabilidades: econômica, ocupacional, cultural, sócio-familiar e outras. Os cálculos de probabilidade estatística da ocorrência de eventos, avaliações antecipadas dos seus efeitos, as análises psicométricas e outros componentes metodológicos, embora tenham sua relevância, não devem se constituir no único instrumental de abordagem do fenômeno do risco. A meteorologia não deve ser a única referência adotada como parâmetro, embora o planejamento das ações dos técnicos seja elaborado segundo os boletins meteorológicos³⁶. Os técnicos não identificam o risco somente como decorrente de um evento adverso, pois compreendem que o homem também é parte dessa natureza.

Somente com a utilização de procedimentos de análise técnico-quantitativa, torna-se difícil prever com certeza absoluta a probabilidade da existência de riscos, as formas de controle e as respostas a serem dadas no âmbito das políticas públicas. O reconhecimento da existência de uma diversidade cultural entre a população, e a importância deste aspecto na análise do fenômeno do risco, são os fundamentos da abordagem **teoria cultural dos riscos**, analisada por GUIVANT (1998), que será examinada a seguir.

Ao partir do princípio de que há uma “pluralidade cultural” e que, portanto, qualquer definição de risco deverá abranger determinados aspectos culturais, essa abordagem, de início possibilita a compreensão de que pode haver diferentes saberes sobre o risco e, assim, diferentes representações sociais sobre o fenômeno.

Os primeiros estudos nessa perspectiva teórica foram formulados pela antropóloga inglesa Mary Douglas, na década de 60. A partir de então, a teoria passou a contar com a contribuição de outros autores.

Enquanto na abordagem técnico-quantitativa, os técnicos se preocupam em repassar cada vez mais informações à população como um modo de se aproximar desta, na abordagem cultural dos riscos, seus defensores acreditam que essa aproximação só pode acontecer se os técnicos admitirem que existem diferentes “**racionalidades**” na forma da população lidar com os riscos. Com isto, as práticas da população também podem ser diferentes. Na verdade, admite-se a

³⁶ No período de setembro a março o DDCJF desenvolve a Campanha “Vem Chuva aí Gente” e, somente no período não chuvoso, o Projeto “Defesa Civil à Escola” é desenvolvido.

existência de outros tipos de relações, diferentes da que se estabelece entre os técnicos e a população. Isto pode ser percebido na relação divergente que se estabelece entre os próprios técnicos.

A população não está na condição de receptora passiva de informações, uma vez que, estas só adquirem significado, se a população visualiza o conhecimento repassado pelo técnico como um conhecimento prático. A teorização sobre representações sociais possibilita compreender como se dá a construção desse conhecimento por parte da população. Essa condição ativa da população possibilita que o seu saber também influencie o conhecimento do técnico, embora isso não seja facilmente aceito, muito menos admitido. A identificação das representações da população sobre risco pode contribuir para que os técnicos também modifiquem suas representações.

Dessa forma, o conhecimento científico é questionado como sendo a única forma de se conhecer a realidade, uma vez que existe a possibilidade de se ter diferentes “percepções”, ou, dito de outra forma, diferentes construções de representação social da realidade, por diferentes atores.

Essa abordagem, entendida a partir de uma perspectiva **socioconstrutivista**, ao conceber a existência de diferentes “percepções” sobre o risco, construídas a partir de referências sociais e culturais, coloca em questão a idéia defendida na abordagem técnico-quantitativa de que, a população responde às situações de risco somente com base nas informações científicas repassadas, como “evidência científica”. Na verdade, as pessoas quando se sentem ameaçadas diante de determinados riscos, onstroem representações sociais sobre os fenômenos, compartilhando as informações de domínio de seu grupo de convívio social. Foi possível identificar na pesquisa, que a população, em grande parte das situações, não corresponde às orientações técnicas dadas pelos engenheiros, existindo situações que a população busca a orientação de pessoas de seu meio como os pedreiros.

Embora essa abordagem admita a diversidade cultural, a realidade parece apontar que, para a sociedade, há determinados valores culturais dominantes que se sobrepõem a outros, e não um relativismo cultural. A população não está imune às influências, principalmente, as desencadeadas através da mídia, para que aceite determinados valores como os mais importantes, apesar desses valores se originarem em contextos diferentes do seu. Partindo do princípio de que a

aceitabilidade do risco se processa com base em elementos sociais e culturais compartilhados socialmente, há que se admitir a possibilidade da população construir representações sobre o risco influenciadas pelos valores culturais dominantes.

Autores como RAYNER (*apud* GUIVANT, 1998), tem se dedicado a relacionar a **teoria cultural do risco** com a formulação das políticas públicas. Isto posto, esse autor defende que se leve em consideração na delimitação dos riscos os aspectos valorativos, em uma crítica também à **abordagem técnico-quantitativa**. Essa contribuição é importante, pois os grupos dominantes tendem a ter seus interesses contemplados nas ações públicas, em contraposição aos interesses dos grupos dominados³⁷. Tanto as representações sobre as situações de risco, como as situações de segurança social, são construídas com base em conteúdos valorativos.

Identificamos na pesquisa os valores dos técnicos e da população como parte do processo de construção das RS. Conforme veremos adiante, alguns técnicos manifestaram nas entrevistas esse conteúdo valorativo e teceram críticas ao comportamento dos moradores que repassam a moradia em situação de risco, também ele explorando outro pobre. Mas enquanto para uns isso é “exploração do pobre para o pobre”, para outros, constitui-se em uma das estratégias de sobrevivência.

Gostaríamos de retomar um aspecto dessa abordagem, apenas mencionado, que julgamos importante para a compreensão do fenômeno observado. Trata-se da discussão sobre a existência de diferentes racionalidades, o que extrapola a relação entre “leigos” e “peritos”. Há um universo amplo de relações que os sujeitos podem estabelecer, que podem influenciar na representação que estes onstroem sobre o risco. Ao nosso ver, a relação da população com o poder público, que será tratada mais adiante, constitui-se em uma das dimensões a serem apontadas. A ausência de soluções efetivas por parte do poder público tem contribuído para agravar ainda mais as situações de risco que a população vive.

³⁷ Como aponta ABRANCHES (1999), a política se apresenta como o resultado de um jogo de forças, um “conflito negociado”. Esse conflito diz respeito à divisão da sociedade em classes sociais, onde essa correlação de forças é uma relação desigual. Por um lado, os “mais poderosos”, devido à maior capacidade de pressão, conseguem obter ações do Estado que aumentam ainda mais esse poder e, por outro, os “mais fracos” tendem a receber do Estado respostas de forma a garantir minimamente a sobrevivência. Nesse sentido, a política social emerge como uma política negociada em uma relação desigual, onde prevalecem os interesses econômicos.

Numa outra, temos a relação da população com as Organizações da Sociedade Civil (ONG's). Essas organizações compõem com o Estado a rede de proteção social à população, em face das situações de risco. Por outro lado, temos o Mercado, com o qual a população estabelece uma relação de consumidor dos serviços oferecidos, no âmbito de uma segurança social privada e mesmo da política habitacional que privilegia o mercado imobiliário. A população por nós pesquisada se percebe excluída dessa relação com o mercado. Há ainda a dimensão subjetiva do indivíduo, isto é, a relação que ele estabelece consigo mesmo, com os grupos com os quais convive, com a família, como veremos no segundo capítulo. O enfraquecimento nesse convívio pode contribuir para uma condição de vulnerabilidade familiar (ESCOREL, 1999). Ressaltamos aqui, que a construção de sua visão de mundo, está relacionada também com o pertencimento a classe social e as condições de vida que lhe são inerentes; e as classificações a elas associadas fornecem os princípios de identificação que vão permitir de se pensar e de pensar o mundo. Trata-se de um processo de composição do individual e do coletivo. Por último, e não menos importante, há a questão da relação dos indivíduos com a natureza: em que medida se sentem parte dessa natureza ou, tem para com esta, uma atitude de estranheza.

Podemos também incluir os técnicos nessa discussão sobre as “racionalidades”, uma vez que estes estabelecem relações com outros membros de sua categoria profissional, com a Prefeitura que contrata seus serviços, com a população que ele atende, com pessoas de seu convívio social, com o mercado do qual participa como consumidor e com o meio-ambiente no qual está inserido. Esses aspectos interferem no processo de construção das representações sociais desses sujeitos.

É importante salientar que, a partir de Douglas, outros autores colaboraram na identificação de categorias de comportamento dos indivíduos, com base em aspectos valorativos que estes interiorizam, e que afetam o processo de construção de representações sobre o risco. Embora essas tipologias possam ser consideradas como relevantes para a análise das práticas sociais que os indivíduos desenvolvem no enfrentamento dos riscos, devido aos limites deste trabalho, optamos por não tratar de todas aqui, apenas das que consideramos mais pertinente à nossa

abordagem³⁸.

Esse é o caso da perspectiva de **análises sociais do risco** à qual se refere, ainda, GUIVANT (1998). Short foi um dos pioneiros dessa linha, a partir de uma **orientação construtivista**. Segundo a autora essa abordagem, no início (década de 80), foi um tanto marginalizada no âmbito da Sociologia, devido ao caráter mais empírico de seus trabalhos. Contudo, Short defendeu a importância das pesquisas sociais na análise sobre os riscos.

A importância dessa abordagem para nosso estudo pode ser sintetizada nos aspectos que apresentaremos a seguir.

O primeiro, é que ela ressalta a **interdisciplinaridade** como um elemento importante para a compreensão da construção de representações sobre o risco. A população pode estabelecer uma relação de maior ou menor confiabilidade com as instituições, quando confere a estas a tarefa de administrarem os riscos. Porém, a confiabilidade nas instituições está diretamente relacionada à confiabilidade apresentada pelos técnicos, ao caráter interdisciplinar das intervenções e dos programas. Alguns técnicos ressaltaram na pesquisa a importância da interdisciplinaridade no âmbito da Defesa Civil como um mecanismo de se proceder a respostas mais efetivas frente à problemática do risco.

Conforme poderemos verificar nos relatos dos entrevistados, esse enfoque permitiu refletir sobre as representações que a população constrói acerca do caráter interdisciplinar implícito nas ações dos técnicos do DDCJF. Também possibilitou a reflexão sobre o entendimento que a população tem sobre a noção de Defesa Civil e, do que é esperado como função que o DDCJF deve desempenhar na resolutividade das situações de risco.

Outro aspecto privilegiado por essa abordagem, diz respeito à relação que se estabelece entre “leigos” e “peritos”. Esta é uma relação conflituosa, pois a definição e o enfrentamento dos riscos têm que ser negociado entre ambas as partes. O conflito é verificado ainda na própria comunidade científica, entre os próprios especialistas, pois predominam, além das “evidências científicas”, diferentes julgamentos de valor, diferentes representações construídas por estes.

Um terceiro aspecto refere-se à ênfase dada à possibilidade dos técnicos aprenderem também com a população, o que poderia resultar em uma maior

³⁸ Ver a respeito GUIVANT (1998), *op. cit.*, em especial as páginas 06 –10.

aproximação entre esses atores.

Por outro lado, essa abordagem, coloca em questão a certeza científica, na medida em que todo o conhecimento científico produzido acerca da noção de risco, centrado numa abordagem sociológica, constitui sempre, um conhecimento relativo.

Questiona-se também a maneira como esse conhecimento é produzido. Os técnicos não podem partir do pressuposto de que o mundo real é igual ao mundo do laboratório.

Outro aspecto importante diz respeito à ênfase à participação da população, nos canais representativos de caráter público, como movimentos sociais organizados, principalmente no processo de “formulação das políticas reguladoras”.

Apesar da relevância dessas questões, essa abordagem apresenta como limitação o fato de que a população e os técnicos são vistos como “categorias homogêneas”, o que traz uma “certa defasagem” no entendimento do conhecimento sobre o risco construído por esses dois atores. Há uma certa ingenuidade ao se colocar os dois saberes no mesmo patamar, considerando-se a existência de uma hierarquia socialmente construída entre os saberes. Se por um lado, o conhecimento dos técnicos é por demais valorizado, por outro, ele é também muito questionado.

A pesquisa realizada junto aos técnicos do DDCJF e moradores de Juiz de Fora em situação de risco e em condição de vulnerabilidade socioeconômica revelou haver diferenças nas representações sociais sobre o risco construídas pelos técnicos e pelos moradores. Há diferenças até mesmo entre os próprios técnicos.

Conforme já mencionamos, o risco é visto como tendo uma relação muito estreita com a condição de vulnerabilidade social e, esta relação foi identificada, embora em maior ou menor grau, no relato dos engenheiros, do assistente social e dos moradores. Esse foi um dos pontos comuns que identificamos nas representações sobre o risco entre os dois grupos pesquisados.

Percebendo a existência de condições de vulnerabilidade socioeconômica, técnicos e moradores vêm construindo representações sociais sobre o risco em uma relação dialética de negação e afirmação do fenômeno. A ênfase e a minimização das situações de risco parece ser resultado de uma negociação entre as partes. A linguagem dos moradores e dos técnicos tanto parece ocultar como

revelar as situações de risco. É com base nessa linguagem que a comunicação entre técnicos e moradores vai se dar. Se nem sempre temos uma linguagem que caracterize claramente uma situação de risco por parte dos técnicos e mesmo dos moradores, então se pode deduzir que a comunicação entre os dois grupos nem sempre é bem sucedida.

Na análise dos Boletins de Ocorrência (BO) e das entrevistas de moradores e de engenheiros do DDCJF, percebemos diferenças entre os engenheiros e entre estes e os moradores, no que se refere à identificação do problema (laudo), às orientações técnicas dadas e os procedimentos adotados diante das situações apresentadas. Também identificamos que as representações sociais do risco geram práticas comuns a cada um dos grupos pesquisados, porém diferentes, se compararmos um grupo com o outro.

Do lado dos engenheiros, foi possível perceber contradições e o uso tanto da linguagem que oculta como da linguagem que revela.

Lendo os registros dos BO's dos quais apresentamos trechos abaixo, pode-se perceber que ambos nos permitem imagens sobre as condições das moradias descritas, porém o primeiro, por não dar um parecer claro e conclusivo sobre a situação de risco que se insinua no enunciado, pode contribuir para ocultá-lo; no segundo caso a situação de risco é claramente denunciada pela linguagem empregada pelo técnico.

“Barraco em estado precário, situado abaixo do nível da rua, recebe infiltração das águas pluviais que escorrem pelo barranco. **Há trincas no talude com possibilidade de escorregamento em pequenos volumes de terra.** No platô onde está situado o barraco, há infiltrações na crista do talude que se desenvolve em declive. Não há direcionamento das águas pluviais” - grifo nosso.

Em outro registro do BO, o engenheiro enfatiza a situação de risco:

“Verificada a existência da edificação em nível mais elevado em relação à do solicitante, **em situação de risco de desabamento.** Um dos cantos desta casa está descalçada, estando em fase de execução um reforço, constituído por uma coluna de concreto, com apenas duas varas longitudinais visíveis e seus estribos. A concretagem deste dispositivo, totalmente inadequado, foi interrompida antes de atingir o alicerce da edificação, de forma que o mesmo está sem função. Há, ainda, uma laje de piso executada em torno da citada aresta da casa, sem qualquer apoio que não sejam as escoras usadas na concretagem. Sob esta laje, vê-se uma tubulação de esgoto rompida, bem como uma caixa de passagem, bem descalçado” – grifo nosso.

Cumpramos indagar por que é necessário usar uma linguagem para ocultar o risco? Por que em algumas situações o engenheiro utiliza uma linguagem que **oculta** e em outras ele utiliza uma linguagem que **ênfatiza**?³⁹

3.3 Os Engenheiros e suas Representações do Risco

Explicitamos anteriormente que o estudo das representações sociais do risco construídas pelos técnicos do DDCJF fez-se em dois momentos. Nesse primeiro, privilegamos a análise das entrevistas dos engenheiros, na medida em que identificamos aspectos referentes ao seu exercício profissional e à sua formação acadêmica; no segundo, abordamos no terceiro capítulo o risco associado à vulnerabilidade, a partir da análise dos discursos dos engenheiros e dos assistentes sociais.

A Engenharia⁴⁰ é, a nosso ver, uma área de conhecimento que tem como característica um saber predominantemente técnico-avaliativo. As situações são sempre avaliadas segundo critérios técnicos e possíveis de serem mensurados. Há no universo da profissão de engenheiro, órgãos que fiscalizam o exercício profissional e as obras executadas por estes. O profissional convive com o risco de, ao avaliar as situações, também ele ser avaliado.

³⁹ Apenas para ilustrar essa questão: "...Duclos investigou a percepção de risco entre trabalhadores da indústria química na França a partir destas duas máximas, e encontrou, por um lado, um discurso de negação do risco, e por outro, um discurso que tenderia a enfatizar as situações vividas como perigosas. Segundo ele, os trabalhadores da indústria química seriam, ao mesmo tempo, os que tem um dos melhores níveis de conhecimento dos riscos aos quais estão submetidos e os que teriam um discurso dos mais negadores destes mesmos riscos. Os argumentos utilizados para minimizá-los consistem em enviar as situações de risco para o passado, ou para outras usinas de concepção mais antiga, ou ainda, reconhecendo os perigos, apontar categorias de trabalhadores (das quais o entrevistado não faz parte) que seriam mais susceptíveis ao risco: novatos, estrangeiros, pessoal menos qualificado. Coexistindo com estes discursos, o autor encontrou o seu oposto, a ênfase às situações de risco, apresentados por um enunciado de auto-valorização (narrativas de acidentes e como o indivíduo se saiu bem da situação), de dramatização dos riscos e pelos discursos que Duclos chamou "*relativização individualista*" (é como se o indivíduo tomasse distância em relação aos julgamentos tomados por instituições profissionais e sindicais e reivindicasse um ponto de vista autônomo) (GUILAM, 1996).

⁴⁰ Necessário esclarecer que temos consciência que uma amostra de seis engenheiros não é suficiente para uma análise mais completa da Engenharia como profissão e mesmo para uma discussão crítica da mesma. Nossa preocupação limita-se a apresentar aspectos sobre a prática e a formação do engenheiro identificados nas entrevistas dos técnicos e que consideramos pertinente na análise da construção das representações sociais do risco e vulnerabilidade por este grupo.

A própria linguagem técnica utilizada por esses profissionais tem que ser genérica o suficiente para escapar das incertezas nas avaliações. Por mais que o profissional utilize uma linguagem que elucida o seu fazer, usa equipamentos que permitam uma análise mais precisa, não se pode precisar uma certeza científica. Por outro lado, quando o profissional afirma a existência de uma situação de risco ele “se arrisca” e seu objetivo consiste em provocar uma reação, seja por parte do morador, como argumento para que este desocupe a moradia, para que ele siga as orientações técnicas, ou do próprio poder público, fundamentando uma situação de forma a beneficiar o morador de algum modo, principalmente de forma a possibilitar o acesso do morador a serviços e programas da Prefeitura. Conforme veremos mais adiante, essa fundamentação não se dá somente com base nos critérios técnico-avaliativos da situação de risco, mas também leva em conta a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos moradores.

Quando se trata de mensurar e prever os riscos, não há como garantir que os cálculos probabilísticos vão garantir uma real medição da gravidade do risco. Esse é um dos motivos pelos quais a abordagem técnico-quantitativa do risco foi duramente criticada. No entanto, o engenheiro busca esta certeza científica no seu exercício profissional e a ausência de equipamentos e instrumentos que possibilitem exercer essa competência científica o deixa em uma condição vulnerável. A emissão dos pareceres sobre as situações de risco é de competência do engenheiro, mas, em geral, ele nunca sabe ao certo, qual o destino que esses laudos terão. Essa condição de “vulnerabilidade” é diferente da vulnerabilidade socioeconômica identificada na população pesquisada.

Uma avaliação equivocada pode inclusive levá-lo a ser responsabilizado pela ocorrência de acidentes envolvendo a vida das pessoas. Há uma prática de *risco*.

A condição de “vulnerabilidade” diante das situações que necessitam ser avaliadas, principalmente as situações emergenciais, pode ser observada nos seguintes relatos dos engenheiros:

“Do ponto de vista pessoal a gente está sempre preparado para atuar em situações de emergência **apesar de sempre ficar preocupado** em não traçar um quadro do ponto de vista técnico adequadamente, ou seja, **a preocupação de cometer erros de avaliação é uma constante nesse caso**” (Engenheiro1) - grifo nosso.

“Eu encaro como um trabalho de muita responsabilidade. Se você parar para

pensar, muitas vezes fica com medo mesmo do que você pode, de repente, **com um olhar menos criterioso para uma determinada coisa, você pode comprometer a segurança de uma pessoa**” (Engenheiro 2) - grifo nosso.

“Uma situação de emergência para mim, principalmente, no meu modo de pensar, quando eu sou acionado para verificar uma condição de emergência, eu me sinto como se eu estivesse atuando pela primeira vez. É como se um ator estivesse entrando no palco, **é totalmente inseguro, a gente realmente fica muito inseguro**” (Engenheiro 3) – grifo nosso.

“Eu normalmente recebo com um **certo receio** do que eu vou encontrar. Porque eu já passei por situações muito fortes” (Engenheiro 4) – grifo nosso.

Como prática de enfrentamento dessa condição de “vulnerabilidade”, o engenheiro procura aproximar sua avaliação técnica o mais possível de uma avaliação que considera como científica. Isso nem sempre é alcançado, uma vez que os profissionais não contam com os instrumentos tecnicamente exigidos para uma avaliação mais criteriosa e acertada. Principalmente nas situações emergenciais, o engenheiro lida com situações desconhecidas, em horários que não permitem uma boa visibilidade. Sem falar do risco de vida que o próprio local representa para ele: perigo de ser soterrado, afogar-se, cair de uma encosta íngreme, doenças e outros. O profissional tem que tomar decisões ainda que com base em avaliações “precárias”. Estes aspectos contribuem para acentuar essa condição de “vulnerabilidade” dos engenheiros em seu exercício profissional no DDCJF.

Para essas decisões os engenheiros relataram procurarem agir com “bom senso”, como também, contarem com sua própria intuição: o “feeling”

“Na maior parte dos casos a gente realmente **recorre a tentar traduzir em termos mecânicos, físicos e mecânicos, a situação que a gente encontra, ou seja, a gravidade dos casos. A gente tenta, na maior parte dos casos, reduzir isso a um problema de mecânica, ou de mecânica dos solos, ou hidráulica, ou de eletricidade, se for o caso, e então, um tratamento o mais perto possível de uma coisa científica (...)** Nós não temos recurso científico nenhum para fazer medições, para fazer controles, para fazer acompanhamentos, além do que, **na maior parte dos casos encontramos situações em que os fatos [estão] consumados e a possibilidade de intervenção é muito pequena.** Eu quero dizer o seguinte: encontramos, por exemplo, peças de concreto armado executadas de forma que os parâmetros que determinam a resistência dessas peças, eles não podem ser avaliados por nós segundo nenhum critério objetivo. Dizer simplesmente visual e na base do *feeling* então é (...) o atendimento é muito nessa linha” (Engenheiro1) – grifo nosso.

O “*feeling*” é traduzido pelo engenheiro que usou essa expressão como um

conhecimento intuitivo que o orienta em suas decisões. Esse conhecimento prático é construído em função da experiência dos profissionais ao lidarem com muitas situações de risco com que se deparam no dia-a-dia:

“É muito isso (...) a gente não tem um critério muito objetivo para isso não (...) *feeling* mesmo. Você vê uma situação que **parece grave**, a gente considera a questão da quantidade de pessoas que estão na casa, da capacidade dessas pessoas agirem no caso de agravamento da situação, mas sem critério científico nenhum. Isso é uma questão puramente de *feeling* que faz a gente agir de uma determinada maneira ou de outra e, por isso nos conduz, às vezes, a avaliar erradamente. Felizmente na maior parte das vezes que se erra na avaliação, erra-se a favor da segurança, o que nos traz uma certa tranquilidade, mas é o seguinte: basta uma avaliação dessa se inverter, ou seja, a gente avaliar uma situação e ela evoluir desfavoravelmente, que a gente tem um grande problema, pelo menos de consciência para nós” (Engenheiro1) – grifo nosso.

Há os profissionais que buscam no próprio local e na escuta dos moradores elementos para uma avaliação mais precisa e o respaldo do morador para essas avaliações:

“Então quando a gente chega no local, procura vivenciar aquele momento ali, **conversar com as pessoas, saber o histórico, o que aconteceu, procurar verificar o entorno daquela situação**. É muito difícil, as **condições em que a gente trabalha**, porque, às vezes, a gente chega no local, de madrugada, à noite, então a gente não tem condições, de verificar o risco como à luz do dia. **Então você tem que fazer uma avaliação muito precária naquele momento** e, muitas vezes, **pelas condições de bom senso**, você retira aquelas pessoas daquele local, contando com a participação dos vizinhos, dos moradores, quer dizer, então uma situação de risco, de emergência, é sempre assim, uma condição de insegurança para a gente também, porque a nossa condição de julgamento é muito falível, então eu me sinto dessa forma, eu não me sinto seguro não. **Às vezes, no local, eu procuro me amparar em questões, ou em pessoas que possam me dar um retorno daquelas dúvidas que eu tenho, para poder tomar uma decisão...**” (Engenheiro 3) - grifo nosso.

Ainda dentro dessa ótica profissional, os técnicos são engenheiros e também agentes de Defesa Civil. Nessa perspectiva, o profissional tem que avaliar as situações, ainda que precariamente e decidir com relação a elas, de forma a preservar a vida das pessoas. Se, por um lado, uma ação equivocada por parte do engenheiro pode vir a representar problemas, a omissão, e isto também é válido para o assistente social, representa risco do profissional responder judicialmente

por “negligência”⁴¹.

Há ainda outros fatores que acentuam essa condição de “vulnerabilidade” do engenheiro como a descoberta em campo de que as situações não podem ser avaliadas somente com o critério técnico, pois a população vivencia uma condição de vulnerabilidade socioeconômica e o técnico então se depara com uma situação de difícil enfrentamento. Alia-se a isso, a ausência de retaguarda do poder público para o atendimento às situações de risco e às condições de vulnerabilidade social: constatado o risco e verificada a condição de vulnerabilidade da população, o que fazer?

Na avaliação de uma situação de risco, os técnicos estabelecem uma associação direta entre o risco e a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos moradores em edificações e/ou áreas de risco, portanto habitando moradias precárias. A **necessidade** é a primeira coisa que o técnico identifica. Isto pode ser percebido nos relatórios e nas entrevistas com os técnicos. A descrição das situações nos **Boletins de Ocorrência** passa normalmente, pela caracterização da precariedade das moradias, pela identificação de problemas na área de risco tais como a presença de lixo, a ausência de escoamento das águas, as declividades das encostas com possibilidade de deslizamento; a vulnerabilidade socioeconômica da população também aparece em descrições dos moradores como pessoas “carentes” (moradores “A”, “C”) ou “sem condições econômicas” (morador “D”), ou ainda relacionando a precariedade das moradias com a vulnerabilidade nas seguintes situações: “as edificações são precárias indicando carência dos moradores” (morador “E” e “F”) e, “trata-se de mulher com dois filhos pequenos vivendo em condições extremamente precárias” (morador “H”).

Nas representações sobre o risco, os técnicos demonstraram maior preocupação com as condições de vulnerabilidade do que com as situações de risco avaliadas tecnicamente, tendo em vista que, em virtude da ausência de recursos financeiros, o Engenheiro sabe de antemão que o morador não vai conseguir efetivar as orientações necessárias para a resolução do problema.

A identificação das situações de risco fora das condições de vulnerabilidade socioeconômica não foi percebida na fala dos técnicos, com exceção da fala do

⁴¹ Com base nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal o agente de defesa civil tem autorização para entrar nas moradias mesmo sem o consentimento do proprietário, nas situações em que a vida das pessoas estiver em perigo; sua obrigação é garantir a vida.

Engenheiro “3” que identificou os dois tipos de atendimento: aos moradores de um prédio, não vulneráveis economicamente, provavelmente de classe média, onde procedeu a uma avaliação técnica que exigia ser bem criteriosa, mas não despendia a preocupação de ter que levar uma solução que exigisse recursos públicos para eles; o atendimento aos moradores em situações precárias, em condições de vulnerabilidade socioeconômica, onde ele tem que ver, além dos critérios técnicos de análise, alguma alternativa de encaminhamento, a possibilidade de uma ajuda por parte da Prefeitura ou da própria comunidade. Há, além do risco, a necessidade de que a família seja atendida nas suas necessidades de sobrevivência, em virtude de suas condições vulneráveis de existência.

Como já mencionamos, os Engenheiros perseguem a adoção de uma conduta estritamente técnica para avaliação das situações; contudo, a realidade com que se deparam nas vistorias técnicas interfere nessas avaliações, uma vez que eles acabam tendo que avaliar também as condições de vida dos moradores. O “feeling” o orienta também nessas avaliações. Percebemos em alguns relatos como o que transcrevemos abaixo que a dificuldade de enfrentamento dessas situações ocorre em função da própria formação acadêmica do profissional:

“Às vezes é uma situação de risco, mas a pessoas conseguem, com a família, com os amigos, ficarem temporariamente em outro local e depois, também com a ajuda, reconstruírem uma outra casa. Às vezes a situação não é nem de tanto risco assim, mas a pessoa tem uma inflexibilidade tão grande! Não tem parente, ou muitas vezes demonstra, ela mesma, inflexibilidade em buscar ajuda, ela quer mais que a ajuda chegue até ela e muitas vezes, nós engenheiros, sentimos dificuldades de fazer isso, até por causa de nossa formação” (Engenheiro 2).

Os limites na formação dos engenheiros para lidar com essas outras questões, também foram identificados pelo assistente social, embora este profissional perceba o potencial do engenheiro em contribuir com seu conhecimento. Essa fala parece revelar aspectos da representação social da prática do engenheiro construídas pelo assistente social

“Nós acreditamos que nós profissionais da área social, do Serviço Social, em conjunto, porque o engenheiro que nos encaminha, ele tem também um conhecimento da realidade, a partir de uma visão que ele produz como engenheiro, pela engenharia, mas ele tem uma parcela de conhecimento. Então, na verdade, em um âmbito maior esse é um compromisso de qualquer profissional que esteja atendendo a essa realidade e que queira soluções efetivas para essas demandas, então o ‘jeitinho’ não é do Serviço Social. Há que se avançar muito nesse sentido porque nós sabemos que isso é uma cultura que a nossa profissão, de certa forma

ela tem, mas que as profissões (...) talvez eu pudesse dizer principalmente das Ciências Exatas, elas estão começando a conviver com essa realidade agora e têm uma formação que não permite muito essa leitura, quer dizer, eles são partícipes na leitura de uma realidade e nas propostas que precisam ser gestadas para essa realidade ou com essa realidade, eu diria assim também...”

O enfrentamento dessas situações leva os técnicos a justificarem os encaminhamentos ao Setor Social; isto é feito para que ele não fuja muito de seu propósito, ou seja, de proceder à avaliação técnica, que é isso que ele foi preparado para fazer, e é isso que o aproxima de uma prática de cunho científico. Identificamos essa representação em alguns relatos como:

“O outro caso é quando eu, por exemplo, estou em uma situação já de risco, que eu preciso de um apoio porque, às vezes, eu tenho que pegar outro fato, preocupar mais com a parte física do ambiente e, aquelas pessoas não podem ficar ali paradas sem um apoio, aí eu encaminho para o Setor Social, para eles tentarem dar uma orientação, dar um maior conforto para essas pessoas” (Engenheiro 5).

Essa fala parece revelar ainda elementos das representações sociais que os engenheiros vem construindo sobre o serviço social.

Há engenheiros que no seu discurso diferenciam o técnico do social (Engenheiro “6”), diferenciando a vistoria técnica (da engenharia) da vistoria social (do assistente social); a primeira é para o engenheiro e a segunda é para o assistente social ou outros setores da Prefeitura.

Para alguns engenheiros, uma aproximação da cientificidade em seu trabalho viria não só de um relativo distanciamento do aspecto social, mas também de uma complementação educativa às suas práticas, através de cursos de capacitação. Consideram, por outro lado, a importância de estudos científicos (como o mestrado que ora cursamos) ao qual se referem, como forma de se avançar na cientificidade das ações para melhor enfrentar as dificuldades; enfatiza dessa forma a dimensão técnica e científica, como aponta GUIVANT (1998) em detrimento da dimensão política que criaria as condições efetivas para o seu trabalho.

Na visão dos engenheiros, quando os moradores procuram orientações técnicas, a condição de resolutividade das situações é maior, pois assim, estarão correspondendo à expectativa do morador no que diz respeito ao que ele pode fazer de melhor, que é avaliar as situações com base não só na sua formação, mas na sua experiência profissional:

“Certamente eu tenho notado que muitas pessoas, no decorrer da entrevista, citam esse fato de que gostariam de ouvir a opinião de uma pessoa que tenha a experiência que ‘você da Defesa Civil tem’. Nesse caso, possivelmente, o trabalho tem uma resolutividade maior, porque a expectativa era de uma coisa que a gente realmente dispõe: é de experiência e disposição para atender” (Engenheiro “1”).

3.4

Representações Sociais do Risco entre os Moradores

Retomando o tema das “racionalidades”⁴² dos sujeitos, em conformidade com a “Teoria Cultural dos Riscos”, gostaríamos de ressaltar que consideramos que as representações sociais dos moradores sobre o risco se onstroem a partir da rede de relações que estes estabelecem, seja no contato com os técnicos do DDCJF, com a própria instituição Defesa Civil, com demais órgãos de atendimento da Prefeitura, incluindo órgãos de assistência e mesmo a relação com políticos; também na relação com organizações não-governamentais de assistência, com os vizinhos, com suas famílias, com a natureza, e com o objeto, representado pelo risco decorrente da precariedade da moradia.

Na construção dessas representações identificamos uma relação dialética de negação e de minimização do risco. Se, para alguns técnicos, os moradores vivenciam situações de risco por falta de informação e de consciência do risco, o que observamos foram manifestações de um comportamento de quem sabe da existência do risco, mas tende a negá-lo ou minimizá-lo. Também foi possível perceber uma ênfase nas suas condições de risco e de vulnerabilidade no relato de alguns moradores que associaram a figura do entrevistador como um possível interlocutor junto à Prefeitura.

Para analisarmos as representações sociais dos moradores sobre moradia e risco, pautamos a análise em três indicadores: identificação do problema, orientações técnicas e procedimentos relatados pelos moradores nas entrevistas e os mesmos indicadores registrados pelos técnicos nos BO's. Essa comparação não tem a intenção de apontar possíveis falhas ou lacunas no exercício profissional

⁴² Seguidores da linha: James & Thompson (1989), (*apud* GUIVANT, 1998). Embora a teoria das “racionalidades” inclua uma discussão diferente das “representações sociais”, que não cabe aqui aprofundar, partimos da discussão das “racionalidades” para contextualizarmos as representações sociais no âmbito das relações estabelecidas entre técnicos e moradores.

dos técnicos, mas sim, de identificar as representações que os moradores vêm construindo sobre moradia e risco.

Identificamos respostas contraditórias por parte dos moradores, no que diz respeito a quando e como os problemas nas moradias começaram. Os moradores se referem ao problema como antigo e, ao mesmo tempo, como um acontecimento repentino. As circunstâncias têm, em geral, causalidade externa, atribuída a eventos da natureza, a objetos utilizados pelo homem e à conduta das pessoas. Encontramos nos relatos a referência à ocorrência de chuva e de vento fortes; ao uso do fogão de lenha; ao lixo depositado no terreno pelos vizinhos; à existência de uma fenda no chão e ao esgoto.

Em alguns relatos, os moradores admitiram a sua participação na existência do problema: o morador “B”, junto com seus familiares, devido à necessidade de ocuparem imediatamente as moradias, não se preocupou em executar as construções adequadamente; o morador “G” relatou ter cortado o barranco sem a devida orientação técnica e o morador “F” não levou o problema muito em consideração:

“Não, aqui não tinha problema não. Foi depois de uma chuva forte que começou a trincar lá atrás. Mas aí, a gente não esquenta muito a cabeça, começou a trincar o barranco, caiu um bocado, a gente deixou para lá, não esquentou a cabeça não...”

Os técnicos, em geral, fornecem mais de uma orientação ao morador e este, por sua vez, não segue todas as orientações indicadas. Os motivos alegados pelos moradores para o fato de não terem seguido as orientações decorrem, em geral, da ausência de recursos financeiros.

Vejamos a situação dos cinco moradores que declararam não terem seguido as orientações dadas pelos engenheiros. O morador “A” que durante toda a entrevista fez questão de ressaltar que o engenheiro havia orientado a fazer o muro de contenção de concreto e não de blocos, estava construindo justamente um muro de blocos. Na situação do morador “B” este informou não ter recebido nenhuma orientação do engenheiro e sim do Corpo de Bombeiros que, por conseguinte, não seguiu; a orientação consistia em construir uma escada de proteção na moradia. De fato, não há registro no BO de orientações dadas pelo engenheiro ao morador. Em outra situação, o morador “F” fez uma obra não indicada pelo técnico contratando um pedreiro para orientá-lo; providenciou o conserto do esgoto, mas

não reconheceu esta orientação como sendo dada pelo técnico, embora o engenheiro mencione o fato no Boletim de Ocorrência. De certa forma, apesar do engenheiro, o vizinho e o pedreiro terem se referido ao conserto do esgoto, o morador expressou que ele mesmo percebeu a necessidade de fazê-lo e, teve a ajuda de Deus para que o problema fosse identificado por ele. O morador “I” não seguiu a orientação do engenheiro de demolir a moradia e nenhuma atitude foi tomada para que pudesse retornar à mesma. Por último, o morador “J”, não seguiu a orientação por ter discordado desta, decidindo por desocupar a moradia; ao que parece, pela leitura do Boletim de Ocorrência, o engenheiro não registrou a orientação de desocupação do imóvel, muito embora o motivo do encaminhamento ao Setor Social contivesse essa preocupação; isto porque a família havia demonstrado não ter recursos financeiros para construir uma moradia em outro local e os técnicos estavam tentando viabilizar alternativas para a minimização do risco e da insalubridade, trabalhando com a hipótese de permanência no local.

Outros cinco moradores declararam terem seguido as orientações; no entanto, ao examinarmos os registros nos Boletins de Ocorrência, verificamos que os moradores fizeram referência a terem seguido algumas das orientações. As orientações dadas pelos técnicos a dois moradores (“C” e “D”) para a desocupação da moradia, foram seguidas devido a uma intermediação dos profissionais do DDCJF que alojaram os moradores em abrigos improvisados pelo corpo técnico. “C” foi instruída anteriormente a proceder a algumas ações como “reforçar o telhado”, “remover o lixo” e “conduzir adequadamente as águas de chuva”; no entanto, não mencionou no relato essas orientações, à exceção da retirada de lixo, a qual não pareceu associar a uma orientação dada pelo engenheiro. Anteriormente, o morador “D” havia desocupado o local e retornou para a moradia que, segundo ela não havia sido condenada, contrariamente ao que consta no Boletim de Ocorrência. Também os moradores “G” e “H” relataram terem seguido as orientações dos técnicos porque houve intermediação desses, pois foram assistidos tecnicamente, com apoio de mão-de-obra (morador “H”) e com apoio de materiais de construção e apoio alimentar. Porém, o morador “G” procedeu ao conserto do telhado permanecendo na moradia e o morador “H” não demoliu uma parede como lhe fora recomendado. “E” seguiu a orientação do engenheiro, de permanecer nos cômodos com menos chances de serem atingidos

em caso de deslizamento da encosta, mas não procedeu à orientação de executar o muro de contenção.

Algumas questões então se colocam para reflexão. A pergunta que fazemos é: por que mesmo cientes da indicação do engenheiro, alguns moradores decidem seguir o caminho contrário? Nas circunstâncias em que o morador segue uma orientação, mas não a identifica como sendo passada pelo engenheiro, perguntamos por que será que o morador não reconheceu o engenheiro como aquele que, por ter um conhecimento científico, teria melhor preparo para orientá-lo? Que motivos levam os moradores a adotarem essas atitudes?

O engenheiro dá uma orientação técnica que ele mesmo tem dúvidas se o morador vai conseguir segui-la. Sendo assim, o engenheiro procura, paralelamente, vislumbrar algumas alternativas paliativas, de forma a minimizar o risco, possibilitando ao morador a permanência na moradia até que uma solução definitiva possa ser dada. A orientação de colocar lona nas encostas para minimizar o risco de deslizamento, até que possa ser feito um muro de contenção, é um bom exemplo disso. No entanto, o técnico tem consciência de que uma solução definitiva não acontece tão facilmente e, esta situação, como veremos adiante, deixa o profissional angustiado. A ausência de suporte da Prefeitura estabelece limites ao seu trabalho. As monitorizações ao local, as tentativas de encaminhamentos a outros órgãos e serviços fazem parte do movimento dos profissionais, para que sejam dadas respostas efetivas aos problemas.

Como o morador percebe isso? Para ele, no caso de serem dadas duas orientações (uma definitiva, outra paliativa), o que pode contribuir para uma percepção atenuada do risco (o risco não seria tão sério) ele parece escolher aquela que se apresenta como mais fácil ou mais acessível de ser seguida. Durante a entrevista, o Engenheiro “1” chegou a mencionar que acredita que os moradores seguem as orientações que não dependam de recursos financeiros. Porém, se o morador não segue nenhuma das orientações, ou estas não lhes parecem adequadas, ou segue-as parcialmente, ele vai buscar suas próprias alternativas, principalmente aquelas que circulam no seu meio social.

É nesse processo, de não dar conta de resolver o problema, que o morador tende a negar ou minimizar o risco. Interessante mencionar que alguns técnicos vêm essa conduta dos moradores como desinformação. Em algumas situações, o morador relatou que o engenheiro também pensava como ele: no caso, por

exemplo do morador “D”, apesar do engenheiro ter feito constar no seu relatório a fragilidade da construção da moradia, o mesmo chegou a dizer que “o engenheiro havia concordado com ele de que as moradias estavam seguras”. Para esse morador, as contenções “eram seguras” porque exigiram muito esforço pessoal e gastos financeiros.

A negação e a minimização do risco pode ser identificada nos relatos dos moradores, ao discordarem do laudo do engenheiro:

“Eu acredito que foi um engenheiro [que esteve no local]. Ele disse o seguinte: que não tinha muito risco não, da casa de cair não tinha muito risco não. E falou, me orientou o seguinte: que eu fizesse um muro e falou como é que eu tinha que fazer o muro, de concreto, ele me orientou de como se deve fazer o muro e falou comigo que não tinha muito risco não, disse que eu tirava de barro da casa, entende? que tinha. Tirava de barro da casa e ao mesmo tempo ele falou comigo que não tinha muito risco na minha casa do barro de cair ou de ficar dentro d’água minha casa. O engenheiro viu o risco mais para ela [vizinha]. E aí ele deu uma orientação para fazer o muro de concreto. Se fosse muro de bloco (...) que estava caindo muito muro de bloco e aí orientou que eu fizesse de concreto. Não conseguimos seguir a orientação. Não consegue porque (...) você sabe fica caro, fica tudo caro (...) então a gente não conseguiu não e o muro continua caindo então a gente vem fazendo uma coisinha mais *light* aí para ver se segura alguma coisa” (Morador “A”).

“Ah! Eu acho (...) Bom, na minha (...) no meu pensamento [o risco] não é tanto, eu acho que o que pôs mais medo em mim foi o que aconteceu com a outra lá, a fulana. Então acho que por causa disso aí colocou medo então eu (...) bom, que caiu, deslizou bastante barranco. Eu tenho medo assim na próxima chuva que vai vir agora, que eles estão falando assim da chuva da laranjeira, daquilo ali desabar o resto” (Morador “C”).

“Ah! Eu nem sei, deixe eu pensar (...) Eu acho que não está. Assim pela fundação da casa, pela construção, eu tenho certeza que não está, a não ser que seja igual ao que eles estão falando que é perigoso as casas de cima caírem por cima de lá, aí pode ter. Mas assim risco daquela casa cair não tem não, que ela é muito forte, furada a pedra, as colunas todas fincadas na pedra, não tem risco de cair, disse eu tenho certeza, gastamos muito dinheiro, é muito segura” (Morador “D”).

“Bom, por exemplo, eu não acho; se fosse, até tinha caído em cima de nós há muito tempo. Já tem o que? Tem dois anos que a Defesa Civil veio aqui e falou que estava muito em risco, aí eu falei, seja o que Deus quiser, da minha casa eu não vou sair, se tiver que cair vai cair em cima de nós todos, porque daqui eu não vou sair e estou aqui até hoje; graças a Deus, só trincou mesmo por causa do esgoto, quer dizer, não tem risco, eu agarrei, escorei as paredes, coloquei umas vigas lá fora, igual ao pedreiro falou comigo: precisamos de escorar, escorei, acabou o problema, agora estou tranqüila, não tem problema mais. Graças a Deus!” (Morador “F”).

“Eu acho que ela não está em risco não. Eu acho que estava em risco foi a que caiu, a dos fundos que estava junto com a da frente porque já tem o que? Uns três anos que a casa caiu, a parte de trás e da frente ainda continua. Eu acho que risco, risco,

ela não tem não. Estava em risco foi a que caiu. Como ela caiu, ela levou um pedaço da parte dos fundos da casa. Mas eu acho que ela não tem risco não!”(Morador “I”).

O medo da casa cair foi verbalizado pelos moradores que concordaram com a existência do risco. No entanto, a conduta dos moradores diante do problema tende a refletir um comportamento referente ao processo de minimização do risco. A permanência na moradia e a convivência com o risco podem ser tomadas como exemplo disso. Também o fato de terem efetuado pequenas obras, acaba propiciando a representação de uma falsa segurança da moradia, ou então pensar que embora o problema fosse antigo, só “caia um pouquinho” do barranco (moradores “D” e “E”).

É interessante notar que a experiência com situações de risco em moradias anteriores, não se constitui em um motivo suficiente para não ocupar novamente moradias em risco. Isso pode ser identificado nas respostas referentes às condições das moradias anteriores. A maioria, ou seja, seis moradores (“A”, “B”, “C”, “E”, “G” e “J”) informaram que as casas anteriores apresentavam problemas devido à condição de precariedade da moradia, devido à estrutura das edificações, com infiltrações, ocorrências de desabamentos e deslizamento de encostas. O morador “H” alegou que na moradia anterior existiam problemas de relacionamento.

Garantir a sobrevivência foi identificada no grupo como uma preocupação comum entre os moradores de áreas e/ou de edificações em situação de risco e em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Essa preocupação revela condutas também comuns a esse grupo pesquisado, condutas para a garantia do atendimento às necessidades básicas. A adoção de táticas de sobrevivência (DE CERTEAU, 2001) como ludibriar o órgão de assistência, diante dos critérios exigidos para o atendimento, com o fim de receber recursos é um exemplo nesse sentido. Os moradores recorrem ao conhecimento do senso comum que os auxilia no enfrentamento das situações. Talvez seja mais adequado o morador entender de esgoto do que o engenheiro. O conhecimento do senso comum é o mais próximo, o mais acessível, o mais inteligível. Talvez por esse motivo, e não somente pelo custo mais baixo, o morador segue a orientação do pedreiro e recebe com desconfiança a orientação do engenheiro. Nesse universo, o conhecimento científico é quase um luxo. Foi possível identificar, através dos relatos dos

moradores, que o conhecimento técnico representado pelo conhecimento que o engenheiro detém, é um conhecimento distante e implica em custos que o morador não tem como arcar: o morador “A” expressou essa representação: “... não apressamos assim o total não, só apressamos o que seria mais precisado que era um caminhão de areia, aquela coisa toda e a gente viu que não ia ter condições não”.. Para o morador, mesmo não sabendo quanto custa o trabalho do engenheiro, o custo é representado como alto. Em primeiro lugar, está a necessidade diária de sobrevivência e, em segundo, a dimensão do risco da moradia. Sendo assim, primeiramente a população em condições vulneráveis arranja um teto e, quando der e se der, ela melhora as condições desse teto.